



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 144/XII/ 3.ª SL

Aos 07 dias do mês de janeiro de 2014, pelas 10:30 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na Anfiteatro ed. Novo do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Reunião, em conjunto com as Comissões de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, Orçamento, Finanças e Administração Pública e Eventual, Economia e Obras Públicas e para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal, com a Comissão de Assuntos Económicos e Monetários (ECON) do Parlamento Europeu

Reunião, em conjunto com as Comissões de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, Orçamento, Finanças e Administração Pública e Eventual, Economia e Obras Públicas e para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal, com a Comissão de Assuntos Económicos e Monetários (ECON) do Parlamento Europeu

O Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Sr. Deputado Paulo Mota Pinto, deu início aos trabalhos, dando as boas-vindas ao Sr. Vice-Presidente do Parlamento Europeu e chefe da delegação, Deputado Othmar Karas, e demais Srs. Deputados ao Parlamento Europeu, membros da delegação *ad hoc* da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários do Parlamento Europeu (Comissão ECON), bem como aos Srs. Deputados da Assembleia da República. De seguida, deu conta do papel da Assembleia da República em geral e da Comissão de Assuntos Europeus, em particular, em matéria de acompanhamento dos assuntos europeus.

De seguida, usou da palavra o Sr. Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, Deputado Eduardo Cabrita, que apresentou as competências cometidas a essa comissão e o acompanhamento da execução do programa de assistência económica e financeira (PAEF), nomeadamente em sede de processo legislativo, grande parte do qual é tramitado em sede dessa comissão.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 144/XII/ 3.ª SL

Interveio, posteriormente, o Sr. Presidente da Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal, Deputado Vieira da Silva, que deu conta das competências daquela comissão eventual, de acompanhamento da execução do PAEF, em particular no âmbito do debate político.

Sucessivamente, usou da palavra o Sr. Vice-Presidente da Comissão de Economia e Obras Públicas, Deputado Fernando Serrasqueiro, que sintetizou as competências adstritas àquela comissão no âmbito das matérias em apreço.

O Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus agradeceu as intervenções e passou, de imediato, a palavra aos Srs. Deputados ao Parlamento Europeu, tendo intervindo os *Rapporteurs* (Deputados Othmar Karas e Liem Hoang Ngoc) do relatório em preparação da Comissão ECON sobre o funcionamento da *troika* (BCE, Comissão Europeia e FMI) nos países sob programa de assistência económica e financeira, que sublinharam, nomeadamente, o objetivo da missão a Portugal e a importância da cooperação entre o Parlamento Europeu e os Parlamentos Nacionais, tendo colocado algumas questões. De seguida, intervieram os Srs. Deputados Nils Torvalds, que focou, em especial, o impacto social das políticas de austeridade, designadamente nos níveis de desemprego registados nos países sob assistência, aludindo a esse propósito à situação de falta de perspectivas de emprego para as novas gerações na Finlândia nos anos 90 e Jürgen Klute, que solicitou esclarecimentos sobre o envolvimento do Parlamento português e dos parceiros sociais na elaboração do Memorando e na sua aplicação, tendo ainda demonstrado especial interesse em perceber a visão do Parlamento relativamente aos impactos sociais da aplicação do Programa.

Intervieram, de seguida, Srs. Deputados da Assembleia da República, em representação dos Grupos Parlamentares.

Começou por usar da palavra o Sr. Deputado Pedro Jesus Marques (PS), que saudou a iniciativa dos Deputados ao Parlamento Europeu de escrutínio dos PAEF, tendo de



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 144/XII/ 3.ª SL

seguida referido que estes processos de assistência decorrem de acordo com um modelo errado. O erro do “pronto-a-vestir” na resposta à crise não teve em conta as especificidades de cada país. Portugal, antes da crise já apresentava uma situação distinta, com uma procura interna bastante mais reduzida que nos restantes países. A crise foi transformada numa crise do sul da Europa que se foi estendendo pelo menos até França. Houve disfunções importantes na aplicação do programa, considerou. Este modelo não era o que a nossa economia precisava e, para além do mais, faltou legitimidade democrática na sua conceção e aplicação, a nível nacional mas também europeu. dado conta dos principais erros e problemas decorrentes das políticas de austeridade em sede de consolidação e sustentabilidade das finanças públicas, num contexto de livre circulação de capitais enquadrado num regime de câmbios fixos.

O Sr. Deputado Nuno Reis (PSD), por seu turno, considerou que a avaliação dos PAEF deve ser efetuada no final da sua execução, ainda que sejam bem-vindas avaliações intercalares e monitorizações, recordando, a este propósito, as nove avaliações positivas e concluídas no âmbito do programa português, ainda que com um desempenho diferente face ao inicialmente expectável. Não houve a integração no Memorando de alterações que ao longo da aplicação do programa se iam justificando. Considerou que houve pouca flexibilidade e exemplificou com a 5.ª avaliação e a forma inflexível como foi conduzida, não deixando margem para não se avançar com medida que esteve à beira de colocar o país em situação de rutura social. Falou ainda nas incongruências resultantes de afirmações de altos responsáveis das instituições envolvidas e exemplificou com as afirmações do Economista Chefe e da responsável máxima do FMI, que, respetivamente, colocaram em causa os multiplicadores que foram utilizados e a filosofia subjacente ao desenho destes programas, sem que tivesse havido quaisquer consequências práticas.

A Sra. Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) considerou prioritário terminar a execução do programa e assegurar o regresso aos mercados; recordou os impactos sociais do PAEF, sobretudo ao nível do desemprego, sublinhando, neste ponto, o empenho dos parceiros sociais ao longo da execução do programa, em particular em sede de legislação laboral e reforma do mercado de trabalho. Destacou o divórcio dos discursos e da prática e exemplificou com as duas últimas avaliações, em que havia



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 144/XII/ 3.ª SL

um consenso geral quanto ao valor do défice que depois não foi aceite. Considerou que não havia um esforço para antecipar os problemas. Enfim, recordou o acompanhamento político do PAEF e o diálogo direto com a *troika* levados a cabo pelo Parlamento português ao longo da execução do programa e concluiu referindo que o papel dos parlamentos nacionais deve ser repensado no futuro, em termos de acompanhamento da aplicação dos programas de assistência.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) recordou o contexto de negociação e assinatura do PAEF e os princípios subjacentes ao programa, que merecem a oposição do PCP, sublinhando o papel da Assembleia da República de acompanhamento *a posteriori* das respetivas avaliações trimestrais. Sublinhou, ainda, os impactos sociais nefastos do PAEF, tendo concluído considerando que Portugal é hoje um país mais dependente, com mais desemprego e que está em piores condições do que antes do PAEF.

Interveio, por fim, o Sr. Deputado Luís Fazenda (BE), que recordou que o Parlamento português – na altura em dissolução – não foi envolvido na preparação, negociação e assinatura do Memorando de Entendimento, e que as reuniões após cada avaliação são para troca de impressões, sem efeito útil. Recordou os efeitos recessivos e os impactos sociais do PAEF, sublinhando a continuidade das políticas de austeridade após o final do programa, tendo em consideração a aprovação do Tratado Orçamental, já ratificado por Portugal.

O Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus agradeceu as intervenções e abriu um período de intervenções individuais de Srs. Deputados.

O Sr. Deputado ao Parlamento Europeu, Nils Tovalds, solicitou a palavra para um breve comentário, no qual sublinhou que é sempre mais fácil gastar do que efetuar cortes ou fazer reduções na despesa pública.

De seguida, usou da palavra o Sr. Deputado José Ribeiro e Castro (CDS-PP), que efetuou uma alocução sobre os presentes desafios que se colocam à União Europeia, nomeadamente quanto à legitimidade das instituições europeias, bem como os



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 144/XII/ 3.ª SL

objetivos subjacentes à construção da CEE, recordando artigos constantes dos Tratados. Questionou, ainda, as divergências discursivas entre os responsáveis políticos e os técnicos operacionais das instituições da *troika*.

O Sr. Deputado Carlos Zorrinho (PS) sublinhou a importância do relatório em preparação pela Comissão ECON, considerando que este deve refletir a experiência dos países sob assistência e demonstrar que a *troika* nunca deveria ter existido pelo facto de ter provocado divisões entre Estados-Membros da União Europeia.

O Sr. Deputado Miguel Frasquilho (PSD), por seu turno, sublinhou a importância da visita da Comissão ECON e do relatório a ser produzido, o qual deveria, na sua opinião, conter referências às deficiências institucionais da União Económica e Monetária (UEM) e que os objetivos dos PAEF não devem ser prosseguidos a qualquer preço, sendo exigida alguma flexibilidade no contexto do esforço desenvolvido pelos países sob assistência.

Usou, ainda, da palavra, o Sr. Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, Deputado Sérgio Sousa Pinto, que recordou o bom desempenho da economia portuguesa, nomeadamente em matéria de défice orçamental, antes do eclodir da crise, incluindo a crise das dívidas soberanas e as políticas orçamentais europeias expansionistas que induziram défices orçamentais nos Estados-Membros. Considerou, ainda, que a continuação das estratégias recentemente adotadas na União Europeia vitimizará a Europa, ao eliminar a solidariedade como princípio fundador.

Interveio, na conclusão do debate, o Sr. Vice-Presidente do Parlamento Europeu, Deputado Othmar Karas, que sublinhou a aprendizagem dos últimos dias mas também dos últimos 5 anos, sublinhando o carácter original e único da crise, e recordando que a União Económica e Monetária da União Europeia não dispõe de todos os instrumentos de atuação, os quais devem ser implementados, com vista à promoção: da subsidiariedade e flexibilidade; da integração, cooperação e interdependência; de mais democracia, maior participação dos cidadãos e um papel aprofundado dos Parlamentos.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 144/XII/ 3.ª SL

Não se registando mais inscrições, o Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus agradeceu a presença de todos os Srs. Deputados - sublinhando o facto de a Assembleia da República estar interessada em colaborar no relatório - após o que deu por concluída a reunião.

Diversas informações sobre a audiência, nomeadamente a respetiva gravação, podem ser encontradas na [página internet](#) da Comissão.

A reunião foi encerrada às 12 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 14 de janeiro de 2014.

O PRESIDENTE

(PAULO MOTA PINTO)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 144/XII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa
António Cardoso
António Rodrigues
Carlos São Martinho
Carlos Zorrinho
Duarte Marques
Gabriel Côrte-Real Goucha
João Lobo
José Ribeiro e Castro
Nuno Filipe Matias
Paula Gonçalves
Paulo Mota Pinto
Pedro Silva Pereira
Rui Barreto
Vitalino Canas
Cecília Meireles
Cláudia Monteiro de Aguiar
Cristóvão Norte
Fernando Serrasqueiro
Jorge Lacão
Nuno Encarnação
Nuno Reis
Paulo Sá
Pedro Filipe Soares

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes
Carlos Costa Neves
Catarina Martins
Jacinto Serrão
Paula Baptista
Sérgio Azevedo